



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ATA N.º 22 (05/09/2025)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Realizada no dia cinco de setembro de dois mil e vinte e cinco-----

-----Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no Salão Nobre da Câmara Municipal da Ribeira Brava, concelho de Ribeira Brava, sob a presidência da Sr.^a Rita Maria dos Ramos de Abreu, estando o Sr. André Geraldo da Corte, na qualidade de segundo-secretário. -----

-----Procedeu-se à chamada para verificação do quórum. Na sessão estiveram presentes os seguintes deputados municipais, pelo **RB1**: António de Jesus Silva, Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes, Jordão José Andrade de Abreu, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Rosa Carolina Garcês Rodrigues Jardim, Marco António Abreu Junqueira, Vítor Hugo Fernandes Pereira, Karina Mónica Pereira Ferreira; pelo **PS**: Rui Pedro Fernandes de Almeida, Marlene Pereira de Sousa Rodrigues, Elsa Maria de Abreu Gomes, pelo **CHEGA**: Celestino Gomes Sebastião e o Deputado Independente Luís Filipe Quintal Pereira Vicêncio. -----

-----**Como Representantes das Juntas de Freguesia** estiveram presentes: Marco Nuno Correia Martins (PJF Ribeira Brava), João David Jardim de Sousa (PJF Campanário), Albertina de Jesus Diniz Ferreira (PJF Serra de Água) e Manuel Inácio da Côrte (PJF Tabua). -----

-----Estiveram ainda presentes, o Sr. ^o Presidente Ricardo António Nascimento, Vice-Presidente Jorge Manuel Faria dos Santos, Vereador Rafael João Figueira de Sousa, Vereador José Paulo Santos Andrade e Vereadora Sandra José Abreu Vilanova e a Vereadora Flor Angélica Abreu Silva. -----

-----Pelas dez horas e vinte e cinco minutos verificados a existência de quórum, a Sra. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Sra. Presidente da Assembleia dá início a Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de dezasseis de junho de dois mil e vinte cinco. -----

-----A Sra. Deputada Luísa Ponte (RB1) apresentou uma correção à presente ata em que na página onze onde se lê cortes de água seja perdas de água. -----

-----A Sra. Presidente da Assembleia colocou a referida ata em **votação à qual é**

Handwritten signature in blue ink.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

aprovada por unanimidade. -----

----- Proposta de aditamento à Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 5 de setembro de 2025 (que se junta em anexo), em que todos os Deputados Municipais presentes apresentam: -----

----- Homenagem a Ricardo Nascimento, Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava durante 12 anos (3 mandatos), e Rita Abreu, Presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Brava durante 8 anos (2 mandatos), -----

-----Homenagem a todos os autarcas cessantes que terminam os seus mandatos em 2025, reconhecendo publicamente o seu contributo em prol da comunidade e da democracia local. -----

-----Colocada a votação, aprovada por unanimidade. -----

-----A Sra. Deputada Luísa Ponte (RB1), questionou a situação das casas de **banho** e da bilheteira junto à estação de autocarros, bem como reiterou a necessidade de serem colocadas barreiras na estrada regional, sobretudo na zona de acesso à rotunda que vai para o túnel de acesso à Tabua, referindo que, apesar da sinalização existente, continuam a verificar-se infrações por parte de condutores, colocando em risco a segurança dos utentes. Referiu-se também às ações de limpeza no concelho, destacando com satisfação a intervenção realizada na sua freguesia, expressando o desejo de que esse trabalho tenha continuidade. Questionou sobre o início da fase final da qualificação da Vila da Ribeira Brava, reconhecendo possíveis atrasos devido à articulação com entidades regionais, mas solicitando, se possível, a indicação de uma previsão para o arranque das obras. No final da sua intervenção, agradeceu à Assembleia a oportunidade de participação em nome do seu partido, sublinhando que ela e os seus colegas sempre agiram em prol do bom funcionamento dos trabalhos. Elogiou a Presidente da Assembleia Rita Abreu e o Presidente da Câmara, Ricardo Nascimento, pela forma como conduziram os destinos da Ribeira Brava, destacando o impacto positivo da sua liderança. Desejou felicidades aos que agora assumem novas funções e agradeceu o acolhimento recebido ao longo dos 21 anos que reside na Ribeira Brava. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara começou por informar que está em fase de finalização a abertura da casa de banho do terminal rodoviário, estando apenas a ser realizados os últimos ajustes. A empresa Rodoeste foi contactada para proceder à instalação da cabine

WZ
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

no local, estando a aguardar resposta da empresa. Relativamente à questão das barreiras junto ao túnel da Tabua, reconheceu que se trata de um ponto crítico de tráfego, principalmente nas horas de ponta. Informou que o Governo Regional já tem um estudo preliminar para prolongar a via rápida desde a saída na Ribeira Brava, podendo ir até à Ponta do Sol ou Carvalhal. Essa obra deverá contribuir para aliviar o congestionamento naquela zona. No entanto, alertou que a abertura da via rápida até à Ponta do Sol poderá retirar movimento ao centro da Ribeira Brava, o que já é uma preocupação conhecida. Recordou ainda, com algum humor, que no passado muitas Assembleias discutiam assuntos recorrentes como o posicionamento dos autocarros, e que essa situação foi resolvida com a reorganização do serviço. Propôs ainda que a Direção Regional de Estradas considere a colocação de um agente da autoridade naquela rotunda, durante as horas de ponta, para melhor gerir o trânsito. -----

-----Sobre a requalificação da frente mar da Ribeira Brava, explicou que a obra foi adiada por dois motivos principais: O Tribunal de Contas não deu visto ao projeto, devido à ausência de revisão do mesmo, o que poderia implicar penalizações para os responsáveis. E o Governo Regional entrou em gestão, o que limitou a capacidade de adjudicação de novas obras. Apesar disso, afirmou que já teve reuniões com os novos responsáveis governamentais, nomeadamente o atual Secretário das Obras Públicas, e que estão a ser dados os passos necessários para avançar com o projeto. Manifestou confiança de que a requalificação irá avançar em breve. Concluiu reafirmando o seu compromisso com a Ribeira Brava, sublinhando que continuará a viver e a participar ativamente na vida do concelho, mesmo após o fim do seu mandato. Destacou o orgulho no trabalho desenvolvido e reforçou o desejo de ver as obras e projetos fundamentais concretizados.

-----O Sr. deputado Independente Luís Vicêncio, referiu que esta era a sua última intervenção na Assembleia Municipal, tendo optado por fazer um breve balanço do seu mandato. Destacou que, ao longo dos três anos como representante do CHEGA e mais um ano como independente, sentiu sempre da parte de todos os membros da Assembleia uma forte solidariedade e empenho na resolução dos problemas do concelho, mesmo havendo diferentes visões e cores políticas. Sublinhou que, apesar das divergências, o objetivo comum foi sempre trabalhar pelo bem da comunidade. Expressou admiração pelo Presidente Ricardo Nascimento, especialmente pela valorização do mérito

Luís Vicêncio



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

académico através dos prémios escolares atribuídos pela autarquia, tendo partilhado que as suas filhas foram beneficiadas por essa iniciativa. Considerou esse gesto um sinal de reconhecimento e incentivo ao esforço dos jovens. Dirigiu-se também ao próximo Presidente da Câmara, apelando para que mantenha o que foi feito de positivo durante o mandato cessante, e que melhore os aspetos que considera menos conseguidos. Referiu, como crítica construtiva, a necessidade de um relacionamento mais eficiente com entidades externas, como a ARM, sublinhando que não se deve deixar os municípios à espera para a resolução de problemas simples, como o fecho de um buraco na via pública. Adicionou ainda, como sugestão ao próximo executivo, que faça os possíveis para que a Câmara Municipal da Ribeira Brava exerça mais autoridade e seja mais exigente no relacionamento com essas entidades externas. Alertou para os perigos de uma realidade crescente no país, como a violência, a criminalidade e a imigração descontrolada, fenómenos aos quais a Madeira e a Ribeira Brava não estarão imunes. Referiu, como exemplo preocupante, a recente agressão a um agente da polícia numa das festas do concelho, sublinhando a importância de se estar atento e preparado para estes desafios terminou desejando as maiores felicidades a todos os presentes. -----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava (Marco Martins RB1), iniciou a sua intervenção referindo que, desde a sua presidência na Junta, têm sido abordados o assunto das intervenções na ribeira, no entanto, questionou se existe uma visão ou plano concreto para recuperar as zonas mais degradadas e criticamente afetadas, especialmente em áreas que têm provocado grande preocupação na população. Enumerou vários locais que considera prioritários e problemáticos, nomeadamente: a zona junto a Fajã da Ribeira, ao estaleiro da Câmara Municipal, a Ponte da Meia Léguas, e o centro. Alertou com insistência para o risco real de derrocadas, especialmente nas chamadas muralhas de contenção, estruturas que, segundo afirmou, se cederem, podem causar graves consequências. Criticou a repetida promessa de diferentes secretários regionais, que garantiram em várias ocasiões que as obras iriam para o terreno “no dia seguinte” ou “na semana seguinte”, o que nunca se concretizou. Concluiu de forma contundente, afirmando que, se “mentira pagasse impostos, na Madeira não havia dívidas”, deixando claro o seu descontentamento com a falta de ação efetiva por parte das entidades responsáveis. -----

----O Sr. Presidente de Câmara, esclareceu que a obra em questão, sob responsabilidade



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

do Governo Regional, não obteve o visto prévio devido à necessidade de revisão do projeto. Inicialmente, previa-se que os trabalhos se estendessem até à zona da Meia Légua, mas, segundo informação obtida em reunião recente com o atual Secretário Regional, a intervenção de recuperação de travessões e muralhas irá, nesta fase, até à zona do Quartel dos Bombeiros. Foi-lhe ainda garantido que está previsto um novo projeto para dar continuidade à recuperação das restantes zonas afetadas. O Sr. Presidente reiterou, nessa mesma reunião, a importância de criar uma via alternativa junto à ribeira, de forma a garantir a mobilidade da população entre a Meia Légua e o Modelo, evitando a atual necessidade de atravessar o túnel, o que considera pouco prático e desadequado. Destacou que, em alguns casos, os terrenos necessários para a execução da via já estarão expropriados, o que permitiria avançar com uma ligação viária entre essa zona e a ponte do Espigão. Sublinhou que esta via poderia também funcionar como rota de emergência, caso ocorra alguma situação grave, contribuindo para melhorar a acessibilidade e segurança da população. -----

O Sr. Presidente o Junta de Freguesia da Ribeira Brava (Marco Martins RB1), referiu, com preocupação, a fragilidade da zona da Ponte Vermelha, onde se verificam escavações significativas por baixo das estruturas, alertando para os riscos existentes. Apontou que é necessário estudar tecnicamente essa área e intervir com urgência. Concluiu apelando a um maior cumprimento de prazos e ações mais céleres por parte das entidades competentes, lamentando a morosidade dos processos, que considera difícil de compreender face à gravidade e urgência das situações. -----

-----O Sr. Deputado António Silva (RB1), aproveitou a ocasião, sendo a última reunião do atual mandato, para desejar sucesso à futura composição da Assembleia e da Câmara Municipal. Referiu-se, em seguida, com preocupação, à situação da via expresso na zona da Meia Légua, alertando para o estado de instabilidade de um troço que considera em risco de colapso. Mencionou que há escarpas suspensas e sinais visíveis de degradação que requerem intervenção urgente. Solicitou que a situação seja analisada com a devida atenção e celeridade pelas entidades competentes. Por fim, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a construção do corredor verde na Meia Légua. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara informou que a Direção Regional de Estradas está a par da situação crítica na zona da Via Expresso na Meia Légua, referida anteriormente

[Handwritten signature]



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

por uma deputada. Reconheceu o estado de degradação do local e acrescentou que o município também enfrenta problemas relacionados com muros afetados pelas intempéries, nomeadamente na área onde se encontra o estaleiro municipal e na zona do antigo matadouro, atualmente utilizada pela empresa ARM. Referiu que será necessário o Município tomar uma posição em breve sobre estas infraestruturas. -----

A
VUE

----Sobre a situação do Corredor Verde, explicou que houve grandes dificuldades no acesso a financiamento, particularmente através do PRODÉRAM, uma vez que os fundos disponíveis não foram suficientes ou não chegaram a ser abertos. Relatou que, apesar de projetos aprovados, não foi possível avançar por falta de verbas. Sublinhou que o processo para obtenção de recursos foi extremamente complexo e que a situação afeta diretamente muitas famílias que vivem em zonas com pouca acessibilidade e perigosas, inclusive o próprio deputado que levantou o tema. -----

----Partilhou que chegou a propor, em reunião com o Presidente do Governo Regional, uma revisão do traçado da Via Expresso, de forma a permitir que a faixa atual seja devolvida às populações residentes, melhorando a sua qualidade de vida. Classificou a atual estrada como perigosa, devido à elevada velocidade praticada pelos condutores, e referiu que é a estrada do concelho onde se sente mais inseguro a conduzir. Alertou para os riscos de velocidade excessiva, frisando que, mesmo com maior velocidade, o tempo efetivo ganho nas deslocações é mínimo. -----

Reforçou que, apesar das propostas feitas, é necessário reconhecer que é preciso haver dinheiro para tudo; e que nem sempre as intenções conseguem materializar-se por falta de financiamento. -----

-----A Sra. Presidente da Assembleia Municipal solicitou a todos os presentes que posassem para uma fotografia de grupo para fins de colocação na revista municipal. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----**PONTO 1:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e situação financeira em conformidade com o disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que o trimestre em curso, correspondente aos meses de verão, é tradicionalmente, um dos mais exigentes para os serviços municipais. Esta complexidade deve-se, por um lado, à elevada



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

concentração de eventos e festividades, que exigem o envolvimento direto dos funcionários da autarquia, nomeadamente das equipas de limpeza e pequenas obras, e, por outro lado, à sobreposição com o período de férias do pessoal, sobretudo daqueles cujos cônjuges trabalham no setor da educação e aproveitam o mês de agosto para férias em família. A escassez temporária de recursos humanos condiciona a capacidade de resposta em algumas áreas. No que respeita a obras e intervenções em curso no concelho, o Sr. Presidente deu nota do início dos trabalhos no Caminho do Salão, na freguesia da Tabua, no Caminho da Pedra, no Campanário. Destacou ainda a conclusão das obras de estacionamento junto ao pavilhão gimnodesportivo, bem como a recuperação do piso superior do parque de estacionamento, incluindo trabalhos de pintura e adaptação à instalação dos novos painéis solares. Foram também iniciados trabalhos de regeneração na zona da Rua dos Dragoeiros, prosseguiu-se com a intervenção na estrada do Tranqual e foram realizadas marcações preparatórias na estrada antiga da Serra da Tabua. A nível de pavimentações, salientou a conclusão de trabalhos no Pico Ferreiro, na zona da Terça e no Pedregal. Neste último caso, destacou a colaboração da ARM, que, na sequência de um entendimento com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, procedeu à instalação da rede de esgotos antes da pavimentação. Referiu ainda a pavimentação da zona do Vista Alegre e ruas adjacentes, nomeadamente aquelas que servem as moradias geminadas, bem como a preparação do arruamento do Lugar da Serra até ao centro social. Foram igualmente intervencionados vários troços com a aplicação de betuminoso a granel, com o objetivo de colmatar buracos e melhorar a circulação em zonas dispersas do concelho.

-----Ao nível das limpezas e gestão do espaço público, salientou o planeamento dos trabalhos de acordo com o calendário das festas locais, de forma a garantir que os espaços estejam limpos e cuidados nos dias dos eventos. Referiu que a intervenção na Ribeira da Tabua está a ser preparada, aguardando-se a calendarização dos trabalhos. No capítulo ambiental, expressou preocupação com o aumento considerável do descarte irregular de resíduos volumosos, como eletrodomésticos e colchões. Sublinhou que, apesar da resposta célere da ARM na remoção destes resíduos, em locais como junto ao Lar da Tabua ou à Apresentação, os mesmos reaparecem dias depois. Admitiu que poderá ser necessário ponderar a instalação de sistemas de videovigilância em pontos críticos. Relativamente à ARM, explicou que esta enfrenta dificuldades com empresas

URP
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

subcontratadas para tapar buracos, pois muitas preferem realizar pavimentações completas, mais rentáveis, deixando as pequenas reparações para segundo plano. Na área da educação, informou que a Câmara Municipal entregou vouchers de material escolar no valor de 40 euros a cada aluno, além de manuais de inglês para os 1.º e 2.º anos, mesmo não sendo obrigatórios, para apoiar as famílias. Todos os alunos do 3.º e 4.º anos terão acesso à plataforma Escola Virtual ou Aula Digital, conforme os manuais adotados em cada estabelecimento. Estão também abertas as candidaturas às bolsas de ensino superior e às creches. Foi ainda destacado o sucesso das iniciativas na Praia da Ribeira Brava, que este ano ostentou a Bandeira Azul. Foram desenvolvidas atividades como a biblioteca de praia e proporcionado o acesso ao mar aos utentes do Lar da Terceira Idade com o uso da cadeira anfíbia — algo que considerou um motivo de orgulho e um exemplo do empenho da autarquia na inclusão. Referiu ainda o sucesso das festividades de São Pedro, com grande afluência de público, e lamentou o incidente isolado ocorrido, salientando, no entanto, que mesmo com reforço policial, há limites ao controlo de multidões em contextos de grande densidade populacional. Aproveitou para manifestar preocupação com a escassez de agentes da PSP no concelho, dando nota de que, por vezes, apenas um agente está de serviço na rua algo inaceitável do ponto de vista da segurança pública. Saudou o facto de, no último aniversário da PSP, o próprio Presidente do Governo Regional ter reconhecido esta falha e ter defendido a abertura de vagas para a Madeira, de forma a permitir a transferência de agentes que desejam regressar à Região. Informou ainda que a campanha de vacinação de animais errantes decorreu com normalidade e que Câmara apoiará, no próximo fim de semana, a realização da festa “FestiBrava”, promovida pela Casa do Povo. Na parte final da sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara deixou uma nota de agradecimento a todos os membros da Assembleia Municipal, independentemente da cor política, referindo que nunca teve qualquer problema em aceitar propostas da oposição. Citou Sá Carneiro para lembrar que, na política, há amigos, inimigos e adversários políticos, mas que o objetivo maior deve sempre ser o interesse público. Reforçou que, ao longo do seu mandato, tem sentido que a oposição na Ribeira Brava votou mais em prol do concelho do que por interesses partidários, e que essa postura beneficiou toda a comunidade. -----

A
MSE



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----**PONTO 2:** Aprovação da Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município da Ribeira Brava, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O Sr. Presidente de Câmara apresenta que com a entrada em vigor do Simplex urbanístico e correspondente portaria de regulamentação do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação foi necessário alterar e rever o nosso Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, sendo esta alteração ao regulamento foi aprovada por unanimidade e esteve em discussão pública. O Âmbito e objetivo deste foca-se na execução do RJUE na sua redação atual (incorporando o SIMPLEX Urbanístico), sem mencionar taxas municipais. Introduz objetivos novos: delimita “obras de escassa relevância urbanística” e reforça critérios morfológicos e estéticos e exigências de segurança, funcionalidade e sustentabilidade nos projetos. Ao nível das definições e conceitos, mantém termos básicos (ex.: estado avançado, unidade, anexo) mas elimina “telas finais”. Atualiza “sala de condomínio”: agora isenta apenas pelo número de frações (≤ 4), sem limite de área. Redefine “tanque de rega”: passa a coberto e vedado quando aberto. Adiciona novas definições: “muro de vedação”, “muro de suporte” e “sótão” No que respeita às normas urbanísticas, mantém requisitos gerais, mas refina cálculos: exclui áreas comuns (considera só área das frações e de estacionamento em cave/sótão); eleva o pé-direito máximo para 3,00 m, mantém inclinação 20% (até 30% em unifamiliares); dimensões mínimas inalteradas; regras de acessibilidade (PMR) obedecidas; critérios de acesso semelhantes (gaveto, manobras, etc.). Afastamentos: Não prevê afastamentos locais específicos; adapta-se aos valores gerais do RJUE e às condições definidas pelo PDM. Áreas verdes: Mantém a obrigação de reservar áreas para espaços verdes/uso coletivo em grandes operações, conforme PDM. Relativamente aos procedimentos de legalização, foca-se na regularização conforme RJUE/SIMPLEX: a legalização pode ser iniciada pela CM ou pedido do particular. Instrui-se como pedido de controlo prévio (conforme RJUE) e exige os documentos necessários, referindo-se diretamente às Portarias aplicáveis (ex. Portaria 71-A/2024). Não enumera exaustivamente todos os papéis no regulamento, delegando à lei e portarias. Ao nível do projeto e execuções de obras de urbanização, introduz capítulo próprio (Art. 4.º) com normas para execução, receção e conservação das obras que Introduz capítulo próprio (Art. 4.º) com normas para



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

execução, receção e conservação das obras de urbanização (incluindo infraestruturas públicas), definindo objetivo e âmbito claros. Estabelece critérios gerais para garantir conformidade do projeto com normas técnicas e de segurança. Ao nível dos critérios morfológicos e estéticos, incorpora secção detalhada com orientações de desenho urbano e edifícios. Define proporções de vias e edifícios, tipos de pavimentos e mobiliário urbano que respeitem identidade local. Especifica paletas de cores, materiais tradicionais (calçada portuguesa, etc.) e integração paisagística e cultural. Defesa do património e reabilitação urbana, estabelece regras para áreas históricas: em ruas definidas (ex. centro antigo de Ribeira Brava e Serra de Água), novas construções devem harmonizar escala, volumetrias e materiais. Permite aumentos de cércea para consolidar o conjunto urbano, mas veda corpos salientes sobre via e fachadas vidradas nas varandas de frente. Proíbe demolições de fachadas existentes, salvo em casos de ruína eminente. Acessibilidades, sustentabilidade e eficiência energética, inclui exigências de acessibilidade nos espaços públicos (vias e passeios devem ser acessíveis a todas as pessoas). Incentiva sustentabilidade: permite obras que aumentem eficiência (p.ex. substituir coberturas mantendo aparência, para melhorar desempenho energético). Exige que edifícios novos privilegiem sistemas centralizados de energia (calor/frio) e adotem Caderno Energético, alinhado ao Regulamento de Desempenho Energético. -----

-----O Sr. Deputado Bruno Garcês (RB1), questionou sobre as vedações dos terrenos, se existiu o cuidado de ser numa zona rural e o tipo de vedação utilizado. -----

-----O Sr. Presidente informou que pensa que isso não está protegida visto que existem situações em que são de escassa relevância. -----

-----O Sr. Deputado Bruno Garcês (RB1) agradece o trabalho efetuado ao longo dos mandatos e felicitações para a sua vida profissional. -----

-----**Colocada à votação aprovado por unanimidade** -----

-----**PONTO 3:** Discussão e votação da proposta de regime de tarifário para o novo parque de estacionamento – Parque 3 Quinta Gaia, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O Sr. Presidente de Câmara informou que vão reabrir no futuro, sendo necessário que se defina o regime tarifário, do qual propomos as mesmas tarifas que os outros parques existentes. -----

[Handwritten signature]



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O Sr. Deputado Rui Almeida (PS), abordou uma questão que considera de grande relevância para o desenvolvimento e funcionalidade do concelho: a necessidade urgente de aumentar a disponibilidade de espaços de estacionamento, em especial nas zonas mais densamente povoadas ou com vias mais estreitas. Sublinhou que, tendo em conta os vários problemas já anteriormente discutidos nesta Assembleia e que são de conhecimento comum entre todos os presentes, nomeadamente o congestionamento de veículos estacionados ao longo das vias públicas, seria pertinente a criação de incentivos para os proprietários que estivessem dispostos a ceder terrenos ao município para esse fim. Nesse sentido, propôs que fossem pensados mecanismos de compensação ou contrapartidas de natureza fiscal, urbanística ou outra para os munícipes que, voluntariamente, colaborassem com a autarquia, permitindo a criação de bolsas de estacionamento ou outras soluções de mobilidade. Sublinhou que esta estratégia não só ajudaria a aliviar o problema imediato do estacionamento, como também prepararia o concelho para os desafios de mobilidade do futuro, criando uma rede mais eficiente e segura de circulação rodoviária. Finalizou apelando a que esta proposta fosse equacionada no âmbito dos projetos de ordenamento territorial e das obras de requalificação urbana em curso ou a lançar, para que se possa dar uma resposta estruturada e sustentável às crescentes necessidades da população. -----

-----**Colocada à votação aprovado por unanimidade** -----

-----**PONTO 4:** Discussão e votação do Projeto de Alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município da Ribeira Brava, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Toma a palavra o Sr. Presidente de Câmara, em que informa que está alteração é fruto da publicação do Simplex urbanístico e das portarias regulamentares referentes ao RJEU, em que foi necessário alterar e adaptar o regulamento a esta nova legislação. Não foram aumentados os valores das taxas. Nesta alteração também foram contempladas algumas isenções que não estavam no anterior, nomeadamente, os pedidos relacionados com divisões administrativas ou retificações de áreas de prédios motivados por cedências de parte para o município, pequenas remodelações de terrenos para agricultura de subsistência ou para práticas de sustentabilidade e conservação da natureza. Reduzimos os valores das TMU (Taxa devida de operações urbanísticas). Alteramos as taxas de

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Rui Almeida'.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

alterações topográficas para atividades agrícolas ou florestais, em que contemplamos não só a área, mas também o volume. -----

-----**Colocada à votação aprovado por unanimidade**-----

-----**PONTO 5:** Discussão e Votação da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal da Ribeira Brava, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção sublinhando que a alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM) era uma necessidade premente no concelho. Recordou que, embora tenha sido realizada uma revisão em 2015, esta nova alteração, mais simples em termos processuais, tornou-se necessária por duas razões principais: a identificação de aspetos do planeamento que, na prática, não estavam a funcionar bem e a obrigatoriedade legal de atualização, face à entrada em vigor de novas normas e instrumentos de ordenamento, como a Lei do Clima, novos planos regionais e nacionais e cartografia atualizada. Destacou que, na sequência de reuniões com entidades regionais, nomeadamente com o Diretor Regional do Ordenamento do Território, foi identificada a necessidade urgente de uma cartografia homologada e atualizada, condição essencial para a alteração de PDM em todo o território nacional. A AMRAM foi mandatada para lançar concurso público que resultou na disponibilização de cartografia atualizada para toda a Região Autónoma da Madeira, base essencial para o processo em causa. -----

-----Principais Alterações Introduzidas Regras de Cálculo da Área de Construção onde foi clarificado que elementos como beirais, telheiros com menos de 6m², sótãos sem pé direito regulamentado, estacionamento e instalações técnicas deixaram de contar para o cálculo da área de construção. Legalização de Construções Anteriores a 2018, foi criada uma figura legal que permite a legalização de edifícios e ampliações realizadas até 2018, desde que respeitem os requisitos mínimos. Esta medida permite: Regularizar situações antigas que impediam transações imobiliárias ou financiamentos bancários; atualizar o valor tributário dos imóveis, muitas vezes subavaliados por não estarem licenciados na sua totalidade; desburocratizar e clarificar o estatuto legal de muitas construções do concelho. Projetos de Relevante Interesse Municipal foi definida uma majoração máxima de 50% para os projetos de interesse municipal, introduzindo-se um limite claro, ao contrário da versão anterior do PDM, que não estabelecia restrições explícitas. Fachadas

A
VLR



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

e Alturas passou-se de uma classificação por altura total da fachada para uma medição por número de pisos, com margens máximas e mínimas definidas consoante a tipologia (residencial ou serviços). Solo Rústico e Construção Dispersa, a construção em solo rústico continua a estar dependente da existência de infraestruturas básicas, mas, permite-se agora a construção até 450 m², em prédios com mais de 1.000 m², nas zonas de habitação dispersa; foram clarificadas situações onde os prédios abrangem duas faixas (ex.: habitação dispersa e agrícola). A área de construção será calculada apenas com base na faixa onde a construção é legalmente permitida. Afastamentos às vias foi definida a obrigatoriedade de afastamento de 6 metros em estradas e 4,5 metros em caminhos, para garantir segurança e coerência urbanística. Vedação em veredas regulamentada a distância mínima de 75 cm a deixar livre de cada lado nas veredas estreitas, evitando o estrangulamento da via com muros de ambos os lados. Zonamento e POC-Madeira, houve pequenas alterações no zonamento, principalmente para acomodar os limites definidos pelo POC-Madeira, que impõe restrições de 500 metros a partir da linha da costa. A Câmara Municipal foi uma das que mais participou na consulta pública sobre o POC, propondo ajustamentos que foram tidos em consideração. Espaços de Atividades Económicas, foi facilitada a implantação de serviços dentro dos espaços destinados a atividades económicas e industriais, desde que respeitem os requisitos técnicos e legais (REGEU, segurança contra incêndios, etc.). Processo e Apreciação Final o Sr. Presidente lamentou o tempo excessivo que o processo demorou, devido à morosidade na emissão de pareceres por parte das entidades públicas, mesmo tratando-se de uma alteração simples e não de uma nova revisão profunda. Reconheceu o trabalho técnico realizado, quer pelo gabinete da autarquia, quer pela empresa responsável, bem como os contributos recebidos da população e dos eleitos municipais, agradecendo a todos os que colaboraram. Enfatizou que o objetivo principal foi tornar o PDM mais claro, aplicável e útil para o dia a dia, permitindo resolver constrangimentos históricos no processo de construção e legalização. -----

-----**Colocada à votação aprovado por unanimidade**-----

-----**PONTO 6:** Discussão e Votação de Projeto de Relevante Interesse Municipal (PRIM) e autorização de dispensa de parâmetros urbanísticos e Regulamentares para



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ampliação da Unidade de Alzheimer do Centro Social e Paroquial de São Bento, termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----Proposto pelo Centro Social e Paroquial de São Bento, um projeto de relevante interesse municipal, relativamente à ampliação do centro de Alzheimer. Esta é uma necessidade que temos no concelho e também na região. Uma pareceria entre o centro e o Grupo Pestana, este projeto irá permitir a disposição de mais 19 camas para internamento de pessoas com alzheimer. Este projeto foi aprovado por unanimidade e não obteve o contributo na discussão pública. -----

----**Colocada à votação aprovado por unanimidade** -----

----**PONTO 7:** Discussão e votação da proposta de atribuição de Subsídio à freguesia da Serra de Água para a comparticipação financeira para execução de várias obras, em conformidade com o disposto na alínea j) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro. -----

----O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que, na última reunião de Câmara, foi aprovada por unanimidade a execução de diversas obras na freguesia, encaminhando os esclarecimentos para a Sra. Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água. -----

----A Sra. Presidente da J. Freguesia da Serra de Água (Albertina Ferreira RB1) explicou que as obras em questão envolvem a construção de acessos e a requalificação de áreas que, até agora, estavam em mau estado de conservação, incluindo a reconstrução de uma ponte e a melhoria de espaços públicos, como a zona da Ponta do Sal. Para além disso, será realizada a instalação de uma vereda (estrutura que não existia anteriormente na área), que se destina a resolver problemas específicos de mobilidade e acessibilidade. Mencionou obras menores de conservação, como a colocação de barreiras de segurança em zonas de risco e a colocação de uma varanda em um edifício já existente. Estas obras têm como objetivo melhorar a segurança e o bem-estar dos moradores e visitantes da freguesia. Foi destacado ainda o trabalho de intervenção em uma área do estacionamento local que estava a ser utilizada para atividades ilícitas, como o consumo e o tráfico de droga. Explicou que decidiu fechar este espaço, tendo sido substituído por uma área mais segura e acessível, contribuindo assim para a melhoria da segurança pública. Sublinhou que, embora as obras estejam em andamento, algumas delas necessitam de mais tempo



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

para serem concluídas de forma satisfatória. De uma forma geral, as ações em curso visam a reconstrução e a melhoria da freguesia, tendo em conta tanto incidentes ocorridos anteriormente quanto a necessidade de uma intervenção mais ampla. -----

-----O Sr. Deputado António Silva (RB1), após a exposição da Sra. Presidente, questionou sobre a construção de uma vereda, que, segundo referiu, nunca tinha sido sinalizada na área e não estava documentada. -----

-----A Sra. Presidente respondeu, afirmando que, quando se referiu a algo que nunca foi sinalizado, estava a referir-se à falta de registo prévio dessa obra específica na zona. A Sra. Presidente agradeceu a colaboração e reforçou a importância do contínuo acompanhamento das obras em curso, destacando o esforço coletivo para o bem-estar da comunidade. -----

-----Colocada à votação aprovado por unanimidade -----

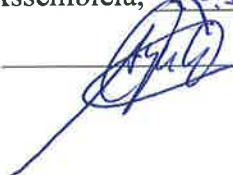
-----Por último a Assembleia Municipal, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar por unanimidade esta ata. -----

----- E nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas doze horas e trinta e oito minutos da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu André Geraldo da Corte segundo-secretário da mesa, redigi, escrevi e será assinada conjuntamente com a referida Presidente nos termos do n.º 2 do artº57, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ribeira Brava, 5 de setembro de 2025,

A Presidente da Assembleia,

O 2º Secretário,

À

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Brava
Dra. Rita Maria dos Ramos Abreu

Assunto: Proposta de aditamento à Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 5 de setembro de 2025

Exma. Senhora Presidente,

Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do Regimento da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, os deputados da Assembleia Municipal da Ribeira Brava vêm, pela presente, propor a inclusão, **antes do período da ordem do dia**, do seguinte ponto na sessão ordinária pública convocada para o próximo dia 5 de setembro de 2025:

– **Homenagem a Ricardo Nascimento, Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava durante 12 anos (3 mandatos), e a Rita Ramos, Presidente da Assembleia Municipal da Ribeira Brava durante 2 mandatos e 8 anos.**

– **Homenagem a todos os autarcas cessantes que terminam os seus mandatos em 2025, reconhecendo publicamente o seu contributo em prol da comunidade e da democracia local.**

Com esta iniciativa, pretende-se prestar público reconhecimento e justa homenagem a dois autarcas cuja atuação marcou, com o seu trabalho, dedicação e sentido de serviço público, a história recente do concelho da Ribeira Brava, bem como a todos os demais autarcas que cessam funções, pelo empenho e espírito de missão colocados ao serviço das suas freguesias e da população ribeira-bravense.

Ricardo Nascimento exerceu funções de Presidente da Câmara Municipal ao longo de três mandatos consecutivos, num total de 12 anos, distinguindo-se pelo empenho em modernizar a autarquia, dinamizar o desenvolvimento local e valorizar a proximidade com a população. O seu legado é visível em diversas áreas – desde as infraestruturas à promoção cultural e social – deixando uma marca indelével na vida coletiva do nosso concelho.

Rita Ramos, enquanto Presidente da Assembleia Municipal durante dois mandatos, pautou sempre a sua atuação pela elevação, pelo equilíbrio e pelo respeito democrático, conduzindo os trabalhos da Assembleia com rigor e isenção. O seu contributo para o

reforço da dignidade deste órgão deliberativo municipal constitui um exemplo de dedicação ao interesse público e de valorização da democracia local.

Todos os autarcas cessantes, nas várias freguesias e órgãos autárquicos do concelho, merecem igualmente o reconhecimento da comunidade pela entrega, proximidade e trabalho em prol dos cidadãos, deixando contributos relevantes que dignificam a causa pública e fortalecem a vida democrática da Ribeira Brava.

Assim, através desta homenagem, os deputados municipais pretendem expressar a gratidão da comunidade ribeira-bravense a quem serviu com honra, dedicação e sentido de missão, enaltecendo o papel fundamental de todos os autarcas na consolidação e prestígio da nossa vida autárquica.

Nestes termos, solicitamos a V. Exa. que este ponto seja incluído no alinhamento da próxima sessão da Assembleia Municipal.

Com os melhores cumprimentos,

Os deputados da Assembleia Municipal da Ribeira Brava

Ribeira Brava, 26 de agosto de 2025

Marcelo I

~~António~~

Fita Brava

António Silva

Kamfara

José Forté

Algar

Vidal

PS

Elsa Gomes

Bruno

Helena de Saes

Miguel

António

João

António

V. Exa.